

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS PCNS

META

Mostrar como o conhecimento histórico transformou-se em uma disciplina escolar.

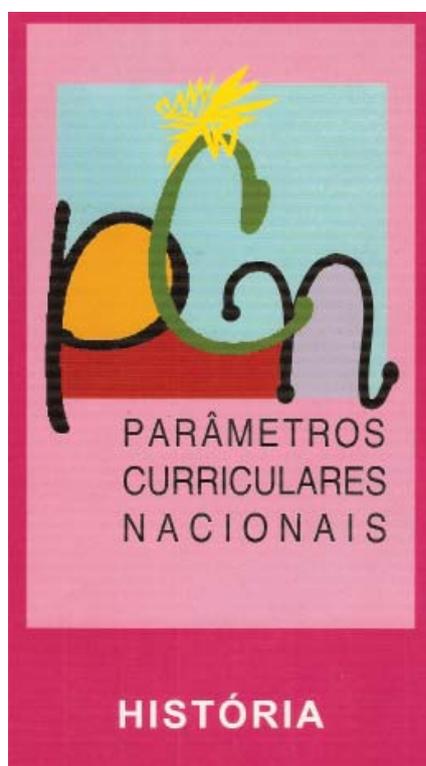
OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

estar familiarizado com a sua matéria de ensino, percebendo com ela se formou;
levar o aluno a conhecer a trajetória da história ensinada.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado alguns tópicos de história da educação no mundo e no Brasil, e de didática geral nos períodos anteriores.



(Fonte: Fonte: Digitalização/MEC)

INTRODUÇÃO

Caro aluno, agora que você sabe da existência de novas concepções de ensino de História, provocadas no Brasil a partir de meados de 1980, com a deflagração do processo de redemocratização, vejamos como tais discussões provocaram mudanças curriculares não só no ensino superior, mas principalmente no Ensino Fundamental e Médio.

Para tanto, é preciso saber, ao mesmo tempo lembrar, que os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram com a necessidade de se estabelecer um padrão de ensino para as escolas brasileiras, sobretudo diante da perspectiva de rever as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que, em 1996 passam a reger todo o ensino nacional, não sendo diferente ao ensino de História.

Assim, para entendermos a temática desta aula, é preciso seguir uma trajetória que começa com os debates em torno das mudanças dos currículos de História lá nos anos 80 e que se concretiza com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais voltados para o ensino de história.

LDB

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação, hoje também chamadas de LDBEN, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, demandaria um capítulo à parte frente à complexidade da problemática verificada ao longo da história do Brasil. Em tese, em todos os momentos, elas se fizeram necessárias com vistas a tentar organizar o ensino brasileiro, coisa não alcançada necessariamente, frente às inúmeras conjunturas advindas da continentalidade de nosso país e suas diferenças culturais.



(Fonte: <http://www.unirio.br>).

MARCOS HISTÓRICOS

A necessidade de se rever a posição de professores e alunos na cena histórica marcou os debates desenvolvidos em meados dos anos 80 por profissionais, teóricos e especialistas em educação, voltados para o ensino de história. O mundo e o Brasil passavam por um período de mudanças, que não permitia mais a anulação do homem como sujeito histórico, seja qual fosse o processo, não sendo diferente no âmbito educacional do país.

Iniciou-se a partir de então uma frente de luta contra toda e qualquer concepção de ensino de História que minimizasse o papel desse homem na História. Assim, a concepção tradicional de ensino de História de que nos debruçamos na aula anterior passou a ser o grande vilão, sobretudo, seu factualismo e seu anacronismo.

A década seguinte foi importantíssima para o amadurecimento dessa proposta, haja vista a aprovação da nova constituinte, em pleno funcionamento, e as discussões fervorosas e causticantes em torno da renovação da LDB. Internacionalmente, a história sofria os efeitos da chamamada crise de paradigmas, ou, ao menos, o ruir dos paradigmas até então postos e o germinar de novos, que fossem ao encontro das mudanças históricas verificadas naquele momento.

Em tese, pode-se dizer que a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais seguiu à aprovação de mais um conjunto de normas para tentar disciplinar a educação no Brasil. Após anos de debates, em 1996 foi aprovada a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro. A nova **LDB**, como se convencionou chamar, e suas inúmeras novidades no campo educacional brasileiro foram a chave para a concretização daquele desejo de renovação do currículo de História iniciado nos anos 80.

No ano seguinte, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Fundamental aprovam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nos anos que se seguem, o ensino médio também foi contemplado com tais mudanças de ordem curricular.

A pesquisadora **Circe Bittencourt** adverte que tais necessidades de mudanças verificadas no Brasil não são uma particularidade, pois internacionalmente isto já era uma tônica em vários países, sobretudo na Espanha e em Portugal, embora, tradicionalmente, nosso modelo curricular fora durante anos o francês. Além disso, afirma também que isto se deu em grande medida frente à uma conjuntura socioeconômica, que busca renovar uma lógica de mercado, para qual as escolas estejam preparadas. Assim, afirma a autora: “À sociedade, cabe a difícil tarefa de ser educada para competir e viver de acordo com a lógica do mercado, que exige domínios mais amplos do “conhecimento”. Para esse modelo capitalista criou-se uma “sociedade do conhecimento”, que exige, além de habilidades intelectuais mais complexas, formas de manejar informações provenientes de intenso sistema

Circe Bittencourt Atualmente é professora de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP e da Pontifícia Universidade Católica- SP. Tem experiência na área de história das disciplinas e currículos escolares e educação indígena. É um dos grandes referenciais teóricos para trabalhos na área de ensino de História e história do ensino de História.

de meios de comunicação de se organizar mais autônoma, individualizada e competitivamente nas relações de trabalho” (BITTENCOURT, 2004, pp. 101-102).

Diante do exposto, o aluno que se licencia em História precisa se perguntar: qual o papel da História diante dessa realidade? Que tipo de currículo deve ser construído para se pensar essa sociedade? Tentemos responder a essas questões, vertendo nossa atenção, agora, para conhecer e compreender as mudanças curriculares no ensino de história provocadas, sobretudo, pela criação e implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua implicação social.

Antes de tudo, é importante lembrar que durante anos a feição dos currículos de história no Brasil sempre se pautou pelo viés conteudista, reproduzindo as formas de convivência e de comportamento das elites, desprovidos de qualquer tipo de reflexão.

Os debates em torno da reforma curricular no ensino de História de que falamos anteriormente vieram acompanhados pela idéia de que era preciso estabelecer uma relação entre o ministrado em sala de aula e nos livros e o cotidiano do aluno. Nesse sentido, muitas categorias foram pensadas e inseridas a exemplo da noção de historicidade das coisas, retirando o papel da História de alguns indivíduos e levando a todos os seres humanos.

Assim, ao nível do ensino fundamental perceberam-se algumas alterações significativas. Entre elas, vale destacar aqui as seguintes:

1. a necessidade de fornecer ao aluno as bases conceituais para se entender o processo histórico e sua relação com a historiografia;
2. ocorre uma tendência pela chamada história sociocultural, descartando a antes predominante história política e factual;
3. ênfase no conceito de cultura e adoção da metodologia e das temáticas da chamada História Cultural;
4. a preocupação com uma história total ainda se faz presente, com a feição francesa de quatro tempos periodizados, embora a recomendação seja a de trabalhar a noção de história enquanto processo.

No ensino médio, algumas mudanças também foram perceptíveis e podem ser assim compreendidas:

1. ênfase na formação do aluno e o preparo para o exercício da cidadania.
2. aprofundamento dos conceitos trabalhados no ensino fundamental com vistas a levar o aluno a ensaiar a prática da leitura e da pesquisa histórica;
3. preocupação com uma história mais temática, centrada nos aspectos sociais e culturais;
4. tal proposta temática esbarra-se nas formas de seleção universitária, às quais requerem ainda uma base conteudista tão criticada pelos que defendem a reforma do currículo de História, criando um hiato entre os níveis de ensino e propagando a indústria do cursinho que em geral ainda é factual.

Tais diretrizes, que visam a estabelecer um padrão no jeito de ensinar

história, sobretudo em sua organização curricular, levaram ao surgimento de uma série de propostas de temas que em grande medida enriquecem nossas aulas, entre elas vale a pena destacar: a história do tempo presente, que vem atender o anseio das gerações atuais pelo imediatismo das coisas na história; a história nacional vista sob uma perspectiva mais regional, procurando atender à reação identitária dos povos e das culturas frente a uma onda globalizante; e principalmente uma história local ou cotidiana, capaz de levar o aluno comum para mais perto da História, possibilitando trabalhar aspectos intrinsecamente relacionados ao processo histórico, tais como memória, identidade, religiosidade e patrimônio cultural.

A propósito desta última temática, vale a pena uma conferida no filme “Os Narradores de Javé”. Um grande sucesso do cinema nacional, lançado em 2003, sob a direção de Eliane Caffé e roteiro de Luiz Alberto de Abreu, nele é possível perceber os impactos da necessidade de se escrever uma história que diga profundamente com a realidade cotidiana. Prestes a ser inundada, em função da construção de uma hidrelétrica nas proximidades do local, a cidade de Javé corre o risco de ficar sem memória. A partir de então iniciasse uma verdadeira tarefa hercúlea com vistas a escrever a história do lugar. Com muito humor, o filme pode ser um grande aliado para ajudar a entender a mudanças provocadas pelos PCNs no ensino de história no Brasil.

Como se percebe, não sendo diferente no ensino de história, o conteúdo deveria ter uma praticidade com a realidade, e até mesmo um compromisso com ela, que se pautasse pela cidadania.

OS TEMAS TRANSVERSAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Elaborados para serem guias curriculares para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, os PCNs deixam a desejar no que se referem aos



(Fonte: <http://ourinhos.prefeituramunicipal.net>).

temas transversais em contrapartida à diretividade com relação às chamadas disciplinas clássicas, como a história. As lacunas são frequentes.

A utilidade prática dos conteúdos das disciplinas clássicas tem sido questionada pelos alunos no dia-a-dia. Em que pesem os princípios básicos elencados pelos PCNs de dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade na vida social, na vida real as disciplinas clássicas não dão conta de responder às expectativas e transferem a responsabilidade para os temas transversais.

Desse processo depreende-se a certeza da incapacidade da educação escolar atual de lidar com a formação do chamado cidadão ativo. A ideia de que é necessária uma nova configuração do conhecimento força com que este se globalize, integrando diferentes campos, sob o risco de se tornar inútil. “(...) ao ser criada, uma disciplina escolar busca resolver um problema imediato relacionado ao cotidiano dos alunos. No entanto, para conseguir manter-se no currículo, precisa legitimar-se como área de saber científico, transformando-se em uma disciplina formal e distante da vida prática”. (MACEDO, 2003 p. 50)



Georges Duby

Considerado um dos maiores medievalistas de todos os tempos. Faleceu em 1996, vítima de câncer. Recebendo influência de teóricos como Henri Pirenne e Marc Bloch também ficou conhecido como um dos grandes nomes da chamada Nova História.

(Fonte: <http://4.bp.blogspot.com>).

CONCLUSÃO

A análise dos conteúdos e orientações presentes nos Parâmetros Curriculares permite perceber que o ensino de História hoje quer se pautar pela necessidade de valorizar a experiência dos sujeitos históricos, sobretudo alunos e professores. As mudanças propostas pelo governo ainda não estão devidamente maturadas na realidade escolar, onde algumas práticas abomináveis ainda persistem como a ênfase no heroísmo e no personalismo da História.

Entretanto, é fato que com os Parâmetros Curriculares Nacionais novas perspectivas se abrem para o ensino de História, o que está implicando diretamente não só na produção historiográfica, mas principalmente na indústria do livro didático, como veremos em nossa próxima aula.

RESUMO

Os debates promovidos por especialistas e professores de História nos anos 80 deram o pontapé inicial para o surgimento de uma onda reformista nos conteúdos escolares de História, prefigurados pela implantação da nova LDB em 1996 e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais nos anos seguintes e que ajudaram de forma significativa na forma de se ensinar e de encarar o ensino de História no Brasil.



ATIVIDADES

1. Para essa aula, propomos como forma de aprofundamento e exercício das questões aqui aprendidas, uma leitura dos textos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História do Ensino Fundamental e Médio. Você pode encontrar em qualquer escola desse país ou baixar na internet através do endereço eletrônico <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>.

Em seguida, construa um quadro comparativo apresentando, em síntese, as principais inovações no currículo de história.

2. Pensando sobre o que acabamos de aprender, sobretudo à utilidade prática dos conteúdos de História nos dias atuais, vamos refletir sobre o que disse **Georges Duby** “Para que escrever a história, se não for para ajudar nossos contemporâneos a ter confiança em seu futuro e abordar com mais recursos as dificuldades encontradas no cotidiano?!” (DUBY: 2000).



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O contato com a legislação e com os documentos que regem a educação no Brasil é uma atitude fundamental para um aluno de licenciatura. Isto nos garante o exercício efetivo da cidadania em nosso ambiente de trabalho e nos prepara de forma decisiva para a prática da docência no ambiente escolar.



PRÓXIMA AULA

Livro Didático de História.



AUTOAVALIAÇÃO

1. Esta aula me deu uma base necessária para entender as mudanças ocorridas nos conteúdos de história ensinados nas escolas brasileiras atuais?
2. O que devo fazer para adotar as orientações dos PCNS em sala de aula?
3. Como trabalhar temas transversais do ensino de História?

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DUBY, Georges. Ano 2000: na pista de nossos medos. **Folha de São Paulo**, 2000, Caderno Mais.
- MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, Antonio Barbosa. **Currículo: Políticas e Práticas**. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003. pp. 43-58.
- LIMA E FONSECA, Thais. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NIKITIUK, Sônia L. (Org). **Repensando o Ensino de História**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais: História. São Paulo, MEC/FNDE, **Nova Escola**, nº 116, outubro de 1998, pp41-48.